

“CIDADE ACABA COM O SERTÃO. ACABA?”¹

Sobre bordas e transbordamentos de um lugar-sertão no Piauí

“CIDADE ACABA COM O SERTÃO. ACABA?”
About borders and overflows of a lugar-sertão in Piauí

**Matheus Gomes Chemello² e
Patricia Fernanda de Sousa Cruz³**

Resumo

O sertão é uma borda onde se constitui o menor. De cidades pequenas a povoados que mesclam características rurais e urbanas encontramos singularidades capazes de ressignificar o habitar a cidade. Pretendemos refletir sobre as tensões entre borda e hegemônico como matéria geradora do devir enquanto potência criativa, subversiva às narrativas do atraso que estigmatizam o sertão como desvio indesejado a um pretense progresso incapaz de suportar a diferença. A cidade enquanto ideal normatizado é configurada por máquinas modeladas com vistas a invadir culturalmente as bordas. Se só o menor pode ser grande e revolucionário (DELEUZE; GUATTARI, 2003), identificar os fenômenos de interdição e opressão também nos permite reconhecer agenciamentos capazes de desmontar as máquinas colonizadoras do hegemônico, a literatura maior da cidade. Buscamos, no Sertão do Piauí, discutir tanto a forma da opressão, como as linhas de fuga que reivindicam maneiras próprias de estar no mundo.

Palavras-chave: borda, cidade, menor, sertão, Piauí.

Abstract

Sertão is a border where the minor is possible. In sertão we can recognize an urban construct merged with countryside characteristics that are capable of reframing the mainstream ideas of what urban means. We intend to tense the relation between border and the hegemonic in order to recognize the becoming as a creative force subversive to the delay narratives that stigmatize sertão as a deviation that holds progress back. The idea of a city requires a set of disciplinary machines in order to invade cultures that oppose. If only the minor can be great and revolutionary (DELEUZE; GUATTARI, 2003), we want to investigate the oppression phenomena and the breaking down of the colonizing machines of the hegemonic. In sertão of Piauí we will discuss the ways that oppression operates and the possibilities of creating lines of flight for the right to be in the world by its own manners.

Keywords: border, city, minor, sertão, Piauí.

¹ João Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas (2001, p.183).

² Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU-UFPEL). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR). É professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS-CARVI).

³ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS). Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS-CARVI) sob Licença Temporária

Introdução

A pergunta lançada pelo narrador Riobaldo, em Grande Sertão: Veredas, que intitula essa reflexão, nos sugere a ambiguidade do verbo acabar enquanto eliminar ou limitar. A cidade elimina, extingue, anula o sertão? Ou a cidade finda, limita-se, acaba quando o sertão começa?

O fim da cidade e o fim do sertão, no presente texto, não são coisas distintas, mas o lugar onde duas condições diferentes se encontram, se reconhecem. A cidade, em sua tentativa de eliminar o sertão, de dar sequência ao projeto homogeneizante e universalizante do hegemônico, encontra um lugar que resiste. Ao mesmo tempo, na condição de menor, o sertão é capaz de ver a cidade se acabar diante de si, de subverter as ordens impostas pelo hegemônico e dar-lhe outro sentido. Se a cidade leva a opressão para o sertão, o desejo de achatar os modos de perceber e estar no mundo, é também desse embate e desse conflito que surge a possibilidade de que o sertão se liberte, rompa com fronteira, cerco, máquina e passe a existir no limiar.

Nosso objetivo é refletir sobre os modos de cerceamento impostos pela cidade, enquanto ideal, nas bordas do mundo. A partir disso, pretendemos reconhecer os processos que visam deslegitimar outros modos de vida e que são seguidos por aqueles que buscam iluminar as trevas dos sertões para que, por fim, cheguemos naqueles que reificam o menor com vistas a torná-lo completamente dependente das sociedades matrizes. No desdobrar dessa discussão, compreendemos que existem práticas, conscientes ou não, que fazem re-existir a singularidade, engendrando novos processos de singularização.

Para argumentarmos nesta reflexão, é importante que decantemos alguns conceitos, de modo a estruturar um pensamento sobre o que compreendemos enquanto cidade, enquanto sertão, como se dá a relação entre eles, e, ainda, o que constitui o âmago do menor enquanto cidade. Para tanto, esse percurso será percorrido em três pontos: (i) na ideia do que pode constituir uma borda em relação ao hegemônico; (ii) em como esse hegemônico se desdobra na cidade enquanto dispositivo e; (iii) na ideia de sertão enquanto devir-menor na condição de cidade.

Abordaremos inicialmente as relações entre borda e hegemônico, reconhecendo suas tensões e transbordamentos como fenômenos que configuram o campo sobre o qual refletimos. Assumiremos a borda como menor, segundo o conceito de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2003), e discutiremos a condição do menor e do marginal segundo Félix Guattari e Suely Rolnik (1996). Compreendemos que todo o esforço para salvaguardar o singular nas bordas do mundo, para que se desenvolvam em liberdade de acordo com seus próprios processos de singularização, não deve incorrer no risco de refazer as grandes literaturas, de reificar devires. A discussão deste item, enquanto definição dos parâmetros do campo, nos servirá de referência para as reflexões subseqüentes.

Posteriormente, discutiremos a ideia de cidade enquanto dispositivo, máquina capaz de engendrar agenciamentos, com vistas à produção de subjetividade como meio de invadir culturalmente as bordas. A cidade se impõe e é imposta enquanto ideal normatizado que determina os modos de existir no mundo, um mundo feito à sua imagem. A partir dessa imagem, definem-se parâmetros de pertencimento de acordo com as hierarquias disciplinares do planejamento urbano e regional ou com o grau de aceitação da semiótica do Capitalismo Mundial Integrado. Essa discussão se apoia nos autores já referidos no texto e se articula com os conceitos de dispositivo, por Giorgio Agamben (2009), da cidade enquanto conceito operatório, de Michel De Certeau (2012) e de invasão cultural, segundo Paulo Freire (2019).

A terceira parte da discussão aterrizará no sertão do Piauí, no território conformado pelas relações entre os municípios de Conceição do Canindé, Jacobina do Piauí e Paulistana, que tem o rio Canindé como fio que tece esse lugar-sertão. Apresentaremos, nesse item, a etimologia da palavra sertão. Interessa à nossa discussão reconhecer o quanto o sertão é estigmatizado pelas capturas que refazem fotografias de um devir-menor; ou seja, que reificam e reduzem a ideia de sertão à imagem da seca, do vazio, do atraso e do isolamento, desconsiderando a pronúncia desse mundo desde os habitantes que o constroem. Em seguida, discutiremos de que maneira a chegada da ideia de progresso e desenvolvimento transformou as dinâmicas socioespaciais daquele lugar e quais foram as formas que conseguiram resistir a esses novos arranjos.

Consideramos, neste trabalho, o sertão como uma borda, como um lugar-outro, desviante, um território de resistência, em que uma multiplicidade de velocidades e técnicas e tempos coexistem em conflito contínuo e, na fricção, produzem práticas contra-hegemônicas, criam modos dissidentes de ser e estar num mundo que se pronuncia desde o ser-tão. Re-existir, nesse âmbito, é poder perceber a si mesmo na constituição de uma relação de alteridade, de reconhecer a diferença como princípio criativo para outros modos de ler a realidade e de nela estar.

Cidade acaba com o sertão?

Transbordamentos: a borda e o hegemônico

Partimos do pressuposto de que a borda é um lugar que não deve ser definido por mera oposição ao hegemônico; antes deve ser compreendida dentro de suas potencialidades de revolução, legitimação e resistência. O hegemônico se origina desde os grandes centros metropolitanos aos quais é permitida a pronúncia do mundo. À medida que esse mundo é pronunciado como modelo, segue-se a formação de um conjunto de territórios que, embora possam estar numa condição limítrofe, de exclusão, também constituem um território próprio de significação da realidade.

A ideia da borda surge como um desdobrar do *trans borda mento* que Fuão (2019) compreenderia antes como um elemento conector do que como limite. Situar-se fora é, por consequência, situar-se em outro lugar – não quer dizer necessariamente que se esteja em lugar nenhum. Por esse motivo, a borda compreendida como zona de indefinição é “o lugar onde um se dá conta do outro” (ibid). É desde onde se pode entrar em contato com o estado atávico da vida, que é promotor do impulso de desfazer limitações domesticantes, dessas que segregam e subdividem o mundo a partir de negativos.

Entender o mundo desde suas bordas, para nós, é encontrar o limite que permite que algo transborde, liberte-se. E, assim, acreditamos que a borda, enquanto território que busca incessantemente a libertação do hegemônico, é o lugar desde o qual poderemos perceber os movimentos e agenciamentos que procuram a liberdade. Também é o lugar onde o hegemônico investirá a sua força de maneira mais agressiva, criando máquinas e tecnologias homogeneizantes para promover os processos de individuação, para quantificar e qualificar a humanidade conforme a sua valia para o sistema. Nas bordas identificamos as violências domesticantes, sejam explícitas ou não. O hegemônico, como Narciso, acha feio o que não é espelho⁴.

⁴ Aqui, invertamos a compreensão da figura do Narciso na música de Caetano Veloso, Sampa (1978). Ao contrário do sujeito da música, que resiste à metrópole, partimos da ideia de que o hegemônico procura homogeneizar o mundo à sua imagem – ou à ausência dela. (...) para o pior: precipitam futuros.

O hegemônico procura ser uniforme, entretanto, a borda não tem forma. Como zona de indefinição, a borda pode habitar desde o coração do hegemônico até ser um jogo da graduação de suas intensidades. Queremos dizer que, ao abordarmos os centros metropolitanos, notamos a coexistência de pessoas que vivem na borda com outras que vivem os modos hegemônicos. Da mesma maneira, em cidades médias, as fronteiras se tornam mais difíceis de definir ainda: os hábitos, práticas de consumo e modos de reprodução da realidade obedecem alguns dos padrões investidos enquanto signo de progresso. Cidades médias que são submetidas às decisões centralizadas nas metrópoles, mas que, dessa maneira, experimentam a ilusão de atuar. Na medida em que deslocamos esse jogo de relações, chegamos até outras bordas: cidades médias, cidades pequenas, sedes distritais, vilas, povoados e, na beira do mundo, as comunidades tradicionais. São os pontos mais longínquos dos grandes centros e que, mesmo assim, recebem a influência do hegemônico pelas operações burocratizadas do Estado, pela modelização da subjetividade de seus habitantes através de aparelhos ou pela inserção de novos hábitos de consumo – fatores que, normalmente, atuam em conjunto.

A borda constitui o menor. E, para isso, é importante que percorramos aqui a ideia do menor e da minoria. Deleuze e Guattari (2003) definem a ideia de literatura menor enquanto uma língua que se fala de maneira intensiva, que se constitui interna à uma língua maior e, ao usá-la, promove desterritorialização. A literatura menor seria caracterizada por três aspectos fundamentais: (i) deve ser afetada pela desterritorialização; (ii) catapulta as questões individuais ao campo da política e; (iii) nelas, as questões individuais, são inseparáveis do coletivo.

Para Guattari e Rolnik (1996), a ideia de minoria depende do devir por se tratar de um desejo que opera no nível das relações com o corpo, com o desejar conjunto de um grupo de pessoas. A minoria é desejante, diferente da marginalidade que é uma condição passiva e sociológica, sobre a qual opera o esquadramento e a localização dos desvios, sem que exista escolha de não integrar ou o desejo de constituir a luta. Minoria e marginalidade constituem relações dialéticas, pois, ao reconhecer os processos que levam à marginalização de um grupo, é possível que se opere no nível da autonomia, de criar novos territórios, de escrever literaturas menores dentro de uma maior. A autonomia é capaz de revelar as causas da alienação, os problemas relativos a um grupo e que sempre dizem respeito ao conjunto da sociedade. A minoria reivindica introduzir o devir no conjunto da sociedade; não se sacia no simples reconhecimento.

Na discussão que desenvolvemos, tratamos o hegemônico como uma língua maior, forjada na subjetividade capitalística, com seus pretensos desenvolvimentos às custas da precarização das bordas do mundo. O sertão, reconhecido enquanto borda, desterritorializa os modos de subjetivação dominantes de modo a construir singularidades nos modos de sentir e perceber o mundo, de estar no mundo. Na situação de borda, os enfrentamentos pessoais de seus habitantes estão sempre diretamente relacionados com a precarização, a marginalização e a estigmatização dos seus modos de vida enquanto coletivo. Pelos mesmos motivos, a chegada das máquinas do progresso, dos dispositivos urbanos e promotores de urbanização no sertão, desencadeia processos de singularização. Essas máquinas se tornam conectores, eixos irradiadores de novos segmentos, outros meios de se agenciar com o mundo, e, com isso, promovem novos agenciamentos.

Entendemos os agenciamentos, conforme Deleuze e Guattari (2003), como segmentos irradiados desde uma máquina que atua como conector, e que permitem criar linhas de fuga. Os agenciamentos não possuiriam valor em si que não seja o criar o novo, seja para o melhor ou para o pior. A ideia de um agenciamento seria a de que quanto maior o seu grau de autonomia, maior sua capacidade de desmontar as máquinas. Os

agenciamentos maquínicos, ou seja, aqueles que se dão ao redor de uma máquina técnica, permanecem no corpo daqueles que se fazem engrenagem dela para além de seu contato imediato, acabam moldando as relações que os indivíduos nutrem em outros campos da vida. Diante dessa captura, de tornar-se engrenagem, os indivíduos se colocariam por meio de um agenciamento de enunciação coletivo, a partir do qual pronunciam seu desejo diante da máquina: de submissão, revolta, impotência, protesto, etc.

A estrada, a barragem, as cisternas, a energia elétrica, as motocicletas, os celulares, a navegação. Todas as máquinas postas a operar no sertão são necessariamente conectores tensionados pela desterritorialização. Elas pertencem, em sua origem, a territórios dotados de maior velocidade nos fluxos, foram produzidas de modo a sedar ao mesmo tempo que aumentam e amplificam as capacidades produtivas dos corpos às quais são acopladas. Produzem letargia ao mesmo tempo que aceleram a distensão temporal dos trânsitos. Desmobilizam, em algum grau, os vínculos comunitários a partir da virtualização da comunicação e das trocas até então estabelecidas no corpo a corpo. A única chance para que esse modo singular de perceber o mundo sobreviva é que o devir possa ser introduzido no conjunto da sociedade.

Se o devir consiste num processo transversal que pode romper com as estratificações dominantes e, com isso, introduzir singularidades, é necessário que reconheçamos os riscos em abordar um devir minoritário. Há sempre o perigo de capturá-lo, reificá-lo e reduzi-lo ao nível de uma identidade. Procuramos, aqui, tratar o menor de modo a promover a micropolítica: impedir que a borda possa ter seus processos de singularização interrompidos pelo cerco identitário. Ao tratar do sertão como literatura menor, pretendemos salvaguardar a multiplicidade desse lugar, nunca reduzi-lo às representações das narrativas do atraso – românticas ou colonizadoras. Como bem nos apontam Deleuze e Guattari (2003), existem perigos nas lutas minoritárias: de refazer a Grande Literatura ou de reterritorializar-se, refazer as representações, o poder e a lei.

Desde o centro, a cidade-dispositivo

Cidades pequenas só o são porque existe um parâmetro daquilo que é grande. Entretanto, maior e menor não constituem, por si só, o infinito. Pode-se ser infinitamente grande, infinitamente pequeno. A ideia por trás desse pensamento é que possamos reconhecer o menor enquanto um lugar diferencial em relação ao hegemônico, porém, nunca menos infinito por isso. Pretendemos percorrer o percurso entre o maior e o menor como meio de revelar as relações de opressão às quais são submetidas as cidades pequenas em relação às grandes, às mentalidades metropolitanas.

Existem metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centro de zonas e centros locais⁵. Graus de grandeza que definem as regiões de influência considerando a ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. Independentemente da ilusão dos graus de atuação e participação que uma cidade média possa ter, é

⁵ A hierarquia dos centros urbanos brasileiros é definida pela pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizada pelo IBGE com o objetivo de atualizar o quadro de referência da rede urbana brasileira. Tal hierarquia, assim como a definição das áreas de influência que uma metrópole, por exemplo, exerce sobre os demais centros urbanos, tem como base a análise dos fluxos de bens, serviços e gestão, e dos deslocamentos realizados pela população em função desses fluxos. De acordo com o IBGE (2018), a análise das relações entre cidades com base na oferta diferenciada de bens e serviços constitui um instrumento importante das decisões acerca da localização de determinados equipamentos, como, por exemplo, uma universidade, um aeroporto, uma filial de empresa.

inalienável que suas decisões sempre serão autorizadas por uma instância maior. As relações entre as cidades são inalienáveis da hierarquia imposta para definir a quem cabe o direito de designar os papéis de cada lugar e povo no mundo.

A ideia de globalização traz consigo a noção de que para pertencer ao mundo, de preferência ao Primeiro, é necessário ser metropolitano. Se não em escala, pelo menos em pensamento. Há um trabalho de base, de produção de subjetividade, para que se alinhem os desejos de todo e qualquer lugar àqueles produzidos e acessíveis na metrópole: uma subjetividade capitalística. Como nos dizem Rolnik e Guattari (1996, p. 27), a subjetivação é a substância que opera “os sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas de controle social, as grandes máquinas produtivas e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo”.

As condições para impor modos de perceber o mundo necessitam de um ambiente maquínico que consiga engendrar tanto as produções econômicas como as de cunho subjetivo (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Para constituir um ambiente dessa natureza é necessário que se produzam máquinas: entidades que agenciam desejos de pertencimento, desejo de estar atrelado ao funcionamento da máquina, ser engrenagem ou apenas fascinar-se com os movimentos delas. As máquinas, para Deleuze e Guattari (2003), podem assumir diferentes formas, sejam aparelhos sociais, objetos ou atividades específicas. São quaisquer elementos capazes de provocar agenciamentos a nível social.

As máquinas são definidas como conectores, ou seja, como pontos notáveis que irradiam segmentos diversos. Poderíamos compreender a máquina como aquilo que modeliza as relações entre os indivíduos desde sua existência, como um violão que define as relações com o mundo do artesão que o produz, do músico que o toca, daquele que ouve sua música e até daquele que reproduz sua mídia do outro lado do mundo. O violão enquanto objeto maquínico não opera só. Existe uma indústria musical por trás dele, existe uma madeireira e seus trabalhadores precarizados, existe um produtor de outros músicos, o nylon das cordas, os derramamentos de óleo no Atlântico, os tanques de guerra na Síria, o aço das cordas e os rios de lama tóxica no vale do Rio Doce, o sangue dos povos originários e das populações ribeirinhas.

As máquinas poderiam ser dispositivos que, para Agamben (2009), podem ser quaisquer coisas que interajam com o ser vivente de modo a capturá-lo. Para ele, existem dispositivos que se conectam diretamente com o poder, como os manicômios, as disciplinas e as medidas jurídicas, ou dispositivos que agem de maneira menos explícita, tais como os celulares, os computadores, a navegação ou a própria linguagem. Procuramos, aqui, discutir a cidade enquanto um dispositivo que pertence ao primeiro grupo e que, mesmo assim, não deixa de levar consigo toda sua rede de objetos e disciplinas que reforçam a sua condição de hegemonia, espelho para o mundo. Capturar o ser vivente de modo a suprimir-lhe a vida, o desejo, é uma condição do dispositivo.

Dispositivos de toda sorte foram criados com o intuito de representar e, com isso, exercer o poder. Provavelmente ordenados e encomendados desde uma cidade. Presídios, quartéis, manicômios, as plantações do agronegócio ou a mineração não tem como endereço outro lugar que não a cidade. Falamos de uma cidade que tem sua realidade restrita à representação de seu conceito operatório, como diz Michel De Certeau (2012), atrelada intrinsecamente com às ferramentas do planejamento, no qual se tenta, ao máximo, evitar a proliferação de detritos indesejados, não raro criados pelo próprio planejamento. Esses detritos até podem ser incorporados, contanto que corroborem com o discurso do poder hegemônico. Trata-se, portanto, de uma óptica que identifica, inclusive, quais os desvios que podem ser incorporados na narrativa

hegemônica.

De Certeau (2012) salienta que planejar a cidade é subordinar a multiplicidade do conjunto de suas partes a fins específicos. E, para isso, compreende que, como todo objeto científico, deve ser restrito a limitações de contexto para que tenha suas variáveis controláveis; em outras palavras, produzir um espaço próprio e um sistema sincrônico que elimine qualquer reminiscência do *continuum* que gera o fato urbano. A normalidade seria determinada pela cidade enquanto sujeito universal, que, ao diferenciar as partes na cidade, permite reconhecer quais os detritos que não seriam tratáveis e, portanto, que devem ser excluídos daquilo que se chama cidade.

Se compreendermos a cidade como um aparato de máquinas, um agenciamento maquinico capaz de agregar sob um mesmo conceito tudo aquilo que poderíamos entender como civilização (com suas práticas, seus consumos, suas regras e imposições), poderíamos compreender que a cidade também é um dispositivo. Mais: é o centro de todos os dispositivos. Aqui, não estamos nos referindo a uma cidade – ou a algumas cidades, especificamente – mas, sim, à cidade enquanto conceito operatório, enquanto ideal normatizado que constitui a língua maior do mundo capitalista. Ainda assim, reconhecemos que os detritos, as delinquências, os desvios de todas as espécies – dentro e fora das cidades –, consistem em linhas de fuga, espaços para o desejo, processos de singularização que, nas palavras de Deleuze e Guattari (2003, p. 56), permitem “ter o sonho contrário: saber criar um devir-menor”. Abre-se a possibilidade de desterritorializar a cidade como uma língua maior, de modo a promover a liberdade para que as bordas possam constituir a si mesmas, escolhendo, e tendo como legítimo, o seu próprio jeito de existir no mundo.

No âmbito de entender a cidade como um dispositivo, lembramos Ailton Krenak (2020) com sua afirmação de que, antes de tudo, as decisões de uma sociedade ocidental sempre emanam de uma cidade. Com isso, compreendemos que a cidade-dispositivo é o conjunto que unifica tanto os grandes instrumentos de poder, institucionalizados na burocracia, quanto aqueles menores, que operam de maneira quase oculta nas lógicas do mercado e do consumismo. Na cidade são criados os dispositivos e, quando não nela criados, são direcionados para que sirvam ao objetivo de suprir demandas de consumo da cidade. Como bem nos lembra Krenak (2020), a cidade pode consumir o mundo sem que precise sair do lugar. É mais um agenciamento logístico dos produtos e, principalmente, dos corpos humanos – e menos humanos – a fim de produzir as condições para que os sertões do mundo tenham uma pequena amostra disponível nas prateleiras citadinas. Prateleiras que expõem nelas tanto os produtos gestados pela terra sob o cuidado de pessoas muito distantes, como também seus modos de sentir e estar no mundo. O exótico, atributo pelo qual uma cultura passa a ser algo a ser consumido como se coisa morta fosse, é uma marca do fetiche da cidade em fazer da vida uma mercadoria. Existe um processo de legitimação que recorta pedaços do mundo, amostras de singularidades convertidas em produtos, que reifica os processos de singularização que as constituem.

Ora isso se dá como fetiche, a partir de uma visão romanesca que confunde autêntico e arcaico, ora se dá como estigma, cuja consolidação das narrativas do atraso excluem aquilo que parece não ter mais lugar nos fluxos de um pretense progresso que indiferencia transformação e desenvolvimento. Para Paulo Freire (2019) é importante que se compreenda que essa confusão entre os dois fenômenos figura dentro dos elementos que constituem as práticas anti-dialógicas, com vistas à manutenção da opressão. Dentre elas, cita a invasão cultural.

Interessa-nos a invasão cultural por compreendermos que ao mesmo tempo em que se configura como estratégia de dominação, também é a própria forma da dominação.

Pode ocorrer sob relações diferentes: “a invasão realizada por uma sociedade matriz, metropolitana, numa sociedade dependente, ou invasão implícita na dominação de uma classe sobre a outra, numa mesma sociedade” (FREIRE, 2019, p. 205). Atua pela deslegitimação dos invadidos e tem por programa “o quadro valorativo de seus atores a seus padrões e suas finalidades.” (ibid, p. 206).

Freire (2019) diria que só interessa ao invasor saber como o invadido pensa o mundo para dominá-lo mais, para induzir alternativas por meio das quais se sinta atuante. Por meio dessa afirmação retornamos às questões relacionadas à reificação das singularidades. Lembramos que, como dito anteriormente, as culturas periféricas apenas seriam de interesse do hegemônico contanto que sejam ou capitalizáveis ou passíveis de manipulação com vistas à conquista. Trata-se, nas palavras de Freire (2019), que se imponha ao invadido o modo de ver o mundo do invasor e, com isso, perceba-se inferior ao seu verdugo, integrado à máquina, à cidade-dispositivo.

Só é possível invadir culturalmente porque a subjetividade atua como pano de fundo para esses processos. A subjetividade estabelece parâmetros psíquicos para reconhecimento do Eu e do Outro, relaciona o que acontece dentro e fora do sujeito. Sua função é criar condições para que as pessoas reconheçam suas posições dentro da hierarquia social. Com isso, criam-se, também, indivíduos capazes de saber o quê, como, para quem e sobre o quê se pode falar – bem como o que podem fazer. Sobretudo, na sociedade capitalística⁶, a produção da subjetividade visa bloquear os processos de singularização em favor da individuação. Por sua vez, a individuação consiste na integração e na normalização das relações entre sujeitos e poder: ela produz indivíduos serializados com vistas à operacionalidade dos sistemas de repressão e alienação (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

O planejamento urbano e regional determina as estratégias de ocupação territorial ao mesmo tempo que ignora sistematicamente os desejos das comunidades não pertencentes à axialidade hegemônica. Entende que a finalidade desses lugares e da população que os constituem está abaixo na hierarquia urbana, submissa. Logo, os dispositivos de controle de recursos – aqui compreendidos como os recursos naturais, humanos, financeiros, etc. – não visam, necessariamente, o desenvolvimento dos lugares que ocupam as bordas. Visam somente sua transformação de modo que permitam que sejam explorados de maneira mais eficiente: seja na aceitação das demandas que lhes são impostas, seja na não representação de um entrave aos fluxos de um progresso modernizador e de integração nacional desenvolvimentista. Neste contexto, o sertão é tido, frequentemente, como barreira a ser transposta.

A partir do momento em que o sertão não comunga dos mesmos valores daquilo que é entendido enquanto progresso, a cidade-dispositivo passa a considerá-lo um detrito. Não reconhece alteridades e procura um mundo que corresponda à sua autoimagem. A condição diferencial do sertão propicia um modo de ver o mundo que desterritorializa a língua maior, a cidade enquanto conceito operatório, portanto, hegemônico. Resta saber como se consolida o conflito entre o maior e o menor e, como esse último se faz resistência e define agenciamentos capazes de promover linhas de fuga, processos de singularização e, portanto, ser o menor revolucionário.

⁶ “Guattari acrescenta o sufixo ‘ístico’ a ‘capitalista’ por lhe parecer necessário que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do “Terceiro Mundo” ou do capitalismo ‘periférico’, assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo.” (GUATTARI; ROLNIK, 1996. p. 15).

Desde as bordas, um lugar-sertão

Sertão: lugar *sem lei*, distante da costa, longe dos portos e sem comunicação com o mar. Palavra que apresenta origens e significados diversos, induzindo, muitas vezes, ao uso inadequado ou impreciso (ANTÔNIO FILHO, 2011). Nas pesquisas acerca do termo, notamos que a maior parte dos estudos, tais como os de Moacir M. F. Silva (1950), Willi Bolle (2004) e Antônio Filho (2011), considera as definições de Gustavo Barroso acerca da sua origem e significado.

Em uma das hipóteses acerca da origem da palavra *sertão*, Silva (1950) afirma que ela não é brasileiro, como muita gente supunha, pois já era usada pelos portugueses, antes de invadirem o que veio a se chamar Brasil, para designar as terras interiores, sem comunicação com o mar. Assim, nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade) mas sim com a de *interior*, de distante da costa. Segundo Silva (1950), Gustavo Barroso⁷ vai encontrar a etimologia correta no *Dicionário da Língua Bunda de Angola*, de frei Bernardo Maria de Carnecatim (1804), onde o verbete *mulcetão*, bem como sua corruptela *certão*, é definida, em latim, como *locus mediterraneus*, isto é, um lugar que fica no centro ou no meio das terras. Ainda mais, na língua original era sinônimo de *mato*, sentido corretamente usado na África colonizada pelos portugueses, só depois ampliando-se para mato longe da costa.

Para Guimarães Rosa (2001, p. 24), “lugar-sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade”. Para Bolle (2004) o sertão é, até as primeiras décadas do século XX, o oposto do litoral urbanizado e *civilizado* no Brasil. O termo sertão ainda é utilizado para designar áreas interioranas, sendo comumente retratado como vazios, lugares ermos e pouco povoados. Sendo assim, reconhecemos que a ideia de longínquo, desconhecido, desabitado, isolado, selvagem, atrasado, fora da lei, sempre permeou a ideia de sertão, apesar de considerar que o conceito carrega uma multiplicidade de significações.

Essa imagem do *vazio*, herança de uma construção histórica e historiográfica, tem persistido em associar o sertão, sobretudo àquele do semiárido nordestino, à ideia de seca, isolamento e rusticidade do mundo urbano (ARRAES, 2017). Criam-se narrativas com vistas a vincular o sertão à ideia de atraso e de arcaico. As nossas reflexões também partem do quanto a ideia de tratar o sertão como um *vazio* não seria o desejo de afirmar a narrativa do atraso por parte de uma condição urbana e metropolitana, dotada de mais acesso, mais visibilidade, mais possibilidade de fuga e maior intercâmbio, de maneira geral. Essas narrativas do atraso buscam estigmatizar e estereotipar o sertão enquanto entrave ao projeto nacional desenvolvimentista que visa a integração dos povos somente via mercadoria, com o objetivo de intensificar a dependência desse lugar aos grandes centros urbanos.

Para avançar nas reflexões, nossa abordagem empírica aterriza no Sertão do Piauí, situado no semiárido nordestino. A escolha desse lugar-sertão, especificamente do território compreendido entre os municípios de Paulistana e Conceição do Canindé (ver Figura 01), revela uma singularidade dentro da multiplicidade de sertões possíveis: complexos, diversos e desiguais. Falaremos, aqui, de como os dispositivos de planejamento urbano e regional impactam na transformação desse território

⁷ Gustavo Barroso (1888 — 1959) foi escritor, advogado e professor e considerado referência no que se refere ao folclore brasileiro, tendo ocupado em 1923 assento na Academia Brasileira de Letras e sido o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional. É tido como referência em diversos autores para rastrear a origem da palavra sertão. A definição mais empregada pelos estudiosos do tema foi publicada em 1947, no Boletim Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Figura 1 - Localização e esquema de configuração do território do lugar-sertão do Piauí, Brasil. Fonte: Elaborado pelos autores com base na imagem de satélite do Google Earth, 2021.

e, conseqüentemente, nos modos de vida da população que ali reside. Além dos dispositivos do planejamento, outros tantos dispositivos que compõem a rede e, junto com ela, toda a semiótica daquilo que é urbanizado são levados para dentro do território. Deixam de ser aquilo que foram pensados para ser, passam à categoria de objeto poético, perdem os rastros de suas finalidades primeiras para se confundirem no emaranhado, já desterritorializados, de um lugar-sertão.

Das transformações observadas nos últimos vinte anos, podemos citar, como exemplo, a expansão da distribuição de energia elétrica, a partir do programa *Luz para Todos*, que permitiu, dentre outras coisas, a chegada abrupta dos diversos meios de comunicação: desde as televisões e suas antenas parabólicas até os *modems* receptores e transmissores do sinal de internet. A pavimentação da estrada PI-143, que liga o município de Jacobina do Piauí a Oeiras, antiga capital do estado, reduziu a noção de distância e isolamento que sempre os acometeu, tornando, inclusive, o município de Conceição do Canindé mais acessível.

Apesar da inclusão proporcionada pela expansão da infraestrutura em partes desse território, um dos conflitos que podemos destacar, a princípio, é a construção da barragem Joaquim Mendes Oliveira, mais conhecida como Barragem da Pedra Redonda, por volta do período entre 1995 e 2001. A obra da barragem foi viabilizada com a justificativa de perenizar o rio Canindé⁸. A construção desse equipamento forjou a desapropriação de terras e, conseqüentemente, a dispersão da população local, incluindo comunidades tradicionais remanescentes de quilombolas⁹. À população, por sua vez, restou se acomodar em pequenos vilarejos desprovidos de qualquer infraestrutura ou migrar para a sede dos municípios de Paulistana ou Jacobina do Piauí para tentar se inserir em modos de vida urbana. Essa dispersão não só acabou por configurar localidades – vilas, povoados, aglomerados rurais – onde seus habitantes não mais preservam a possibilidade de subsistência por meio da agricultura familiar, como também ressignificou o papel daquelas cidades menores da região, a partir da redefinição de seus fluxos e deslocamentos, oriundos, também, das novas localidades

⁸ O Rio Canindé nasce na Serra dos Dois Irmãos, no território pertencente ao município de Paulistana-PI, e deságua no Rio Parnaíba, no município de Amarante-PI.

⁹ Identifica-se a existência de oito comunidades quilombolas entre o território pertencente aos municípios de Paulistana e Conceição do Canindé, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) até a presente data.

de reassentados. Alteraram-se os modos de vida e, com isso, a relação com a produção, distribuição e consumo de bens: o que antes era plantio e colheita passa a ser demanda por mercadorias que só se encontram nas prateleiras dos núcleos urbanos.

A perenização do rio, por um lado, possibilita o cultivo de hortifrutigranjeiros nas pequenas propriedades rurais ribeirinhas, inserindo essa população no fluxo de produção e fornecimento dos seus produtos na região. Por outro lado, populações em áreas de sequeiro até hoje precisam esperar cair chuva ou que se disponibilizem caminhões-pipa para abastecer as suas cisternas para ter água chegando nas suas torneiras. Tornam-se visíveis os impactos que as grandes obras de infraestrutura de planejamento, pautadas na produção hegemônica do espaço, exercem na paisagem e seus atributos e, principalmente, na acentuação das desigualdades de todas as espécies. Mais que isso: são infraestruturas que ainda conflitam com a deficiência na oferta de serviços, equipamentos e políticas públicas, de maneira geral, para uma população que reside, dispersa, naquele território, entre cidades pequenas, sedes distritais, vilas, povoados e aglomerados rurais. Aqui, percebemos que não podemos falar de cidades pequenas sem considerar as localidades que retroalimentam seus fluxos e dinâmicas socioeconômicas e espaciais, que configuram as bordas da borda.

Os riscos das mudanças nas dinâmicas socioeconômicas e espaciais se estendem para problemas de dimensão nacional. Dois aspectos são fundamentais para o esvaziamento do meio rural: a criação de aglomerados urbanos e rurais em substituição às pequenas propriedades rurais, e a falta de condições e oportunidades no meio rural que promovem o êxodo para os núcleos urbanos. Ao suprimir as condições de preservação das culturas de subsistência e concentrar as oportunidades de emprego e renda nos aglomerados e núcleos urbanos, o planejamento resulta no esvaziamento do meio rural de modo que promove uma política de terra arrasada, indispensável aos interesses do agronegócio.

Guattari e Rolnik (1996) nos lembram que é necessário, antes de invadir, formar as forças produtivas e de consumo: há de se operar sobre os meios de semiotização. Para que se possa extrair o máximo de colaboração de uma população, para que ela produza e consuma mais, é importante que se modele uma subjetividade capaz de compreender a semiotização proposta. É importante que a população seja treinada e domesticada para preferir os novos produtos, hábitos e modos de estar no mundo. Essas considerações nos são importantes porque a infraestrutura parece não funcionar apenas como uma rede que promove comunicação e acessibilidade: ela traz consigo todos os produtos do Capitalismo Mundial Integrado. Entendemos que, para além das mudanças nos compassos da vida, necessidades de consumo são produzidas nessas comunidades. Hábitos e costumes metropolitanos são levados para as bordas como meio de colonizar, mais do que o território, os corpos e o desejo daqueles que habitam aquele lugar. O fluxo intensificado de veículos automotores requer postos de combustíveis que não se instalam sozinhos, mas com suas lojas de conveniência e, dentro delas, todo tipo de quinquilharia produzida em grandes fábricas de aglomerados corporativos multinacionais. Suas construções padronizadas, arquiteturas de *pop-up*, são distribuídas em pacotes para serem instaladas da mesma maneira em qualquer lugar do mundo. Chegam lojas de artigos esportivos e academias de todos os formatos antes que se construam os equipamentos esportivos na cidade. A postura dos moradores deve ser adaptada: não mais o barbeiro, mas as genéricas *barbershops*; não mais as roupas de alfaiataria produzidas pelas mãos locais, mas as roupas etiquetadas feitas com mão de obra escravizada em algum lugar longínquo como a Ásia ou num subúrbio escuro de São Paulo por imigrantes bolivianos; não mais se sentam para tomar uma pinga, encontram-se para um *happy hour*. O CMI também entende que deve produzir seu próprio público.

Essa homogeneização e normalização dos modos de vida de um lugar-sertão, que

servem à subjetividade capitalística, constituem-se na sombra da disseminação das narrativas do atraso. Essas narrativas configuram cercos: políticos, econômicos e subjetivos para o sertão, e, não raro, consistem em estratégias de desmobilização de vínculos comunitários; das práticas cotidianas incorporadas de gestos, ritos e hábitos; e, das experiências coletivas. O quanto o sertão não já está confinado e cerceado de seus modos de ser por uma narrativa hegemônica que danifica essa experiência coletiva em favor da produção de indivíduos? Segundo Guattari e Rolnik (1996), quando a experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano, interrompem-se os processos de singularização.

Neste sentido, questionamos, por um lado, o quanto os transbordamentos da cidade-dispositivo – em todos seus aspectos – podem culminar na interdição dos modos de vida do sertão. Por outro lado, reconhecemos o quanto esse cerco é importante para haver um transbordamento do sertão em relação ao hegemônico. Quando o sertão transborda, ele rompe com a fronteira do cerco, existe fora dele, re-existe: cria um devir-menor. Se “quem elegeu a busca não pode recusar a travessia”¹⁰, como nos disse Riobaldo, o narrador de Grande Sertão: Veredas, consideramos que quem não busca a compreensão do mundo desde as bordas, enxerga apenas o cerco ou o atraso. Ou, no máximo, captura, reifica, esquadrinha o conteúdo dessas bordas de modo a reduzi-lo a uma identidade.

Diante dessa ideia de modernidade hegemônica, parece possível afirmar que, no sertão, ainda podemos experimentar um outro tempo, um tempo lento – nos termos de Milton Santos (2001) –, diferente do tempo do progresso, da modernização, da velocidade do mundo contemporâneo. Falamos aqui de compassar velocidades, de modo que o sertão não negue, ingenuamente, a modernidade, mas que isso não signifique a renúncia de seu ritmo próprio. Reconhecemos, de acordo com o autor, que:

Não se trata de pregar o desconhecimento da modernidade – ou uma forma de regresso ao passado – mas, de encontrar as combinações que, segundo as circunstâncias próprias a cada povo, a cada região, a cada lugar, permitam a construção do bem-estar coletivo. É possível fruir da modernidade nova, atual, sem ser obrigatoriamente o mais veloz. Numa situação em que se combinam técnicas e tempos e velocidades diferentes, sem que um deles obrigatoriamente arraste os demais, se impõe forçosamente soluções políticas que não passem obrigatoriamente pela economia e suas conhecidas paixões inferiores.¹¹

As narrativas do atraso danificam os modos de vida ao ignorar, como aquilo que atropela, o tempo próprio dos sertões do mundo. Processos são precipitados no intuito de gerar maior velocidade na conexão entre pontos externos a ele: veem o sertão como barreira a ser transposta no menor tempo possível. A velocidade que se instaura arrasta consigo as práticas tradicionais para reducionismos que estigmatizam compassos mais lentos da vida a arcaísmos incompatíveis com a modernidade. Entendemos que a velocidade é um dos atributos da modernização, mas que, por si só, não promove o desenvolvimento desses sertões.

Apesar dos eventos de reificação de parte do sertão a que nos referimos, ainda é possível observar, nos núcleos urbanos das pequenas cidades, em vilas, povoados e vilarejos, práticas que ritualizam a vida: o encontro nas *bodegas*, as feiras livres

10 João Guimarães Rosa (2001, p.80).

11 Texto publicado no website da Folha de São Paulo, em 11 de março de 2001.

Figura 2 - Tempo para ser-tão: nos canteiros e numa praça em Jacobina do Piauí, nas bodegas da Vila de Pedra Redonda e de Conceição Velha (distrito de Conceição do Canindé), nas calçadas de Jacobina e de Conceição Velha. Fonte: Registro (2019, 2020) e montagem dos autores (2021).



nos finais de semana, as quermesses e novenas pelas ruas de basalto, que dividem espaço com o estacionamento de motos, o marasmo e o tédio das conversas nas cadeiras de balanço dispostas na frente das casas, os varais estendidos na praça da igreja coexistindo com as amostras do vendedor de bugiganga (ver Figura 2). Essas práticas preservam, em algum grau, o ritmo e os modos de vida daquela população, ressignificam o habitar na cidade quando os processos de urbanização se impõe de maneira veloz, demonstram que não precisa alienar-se de si, enquanto sujeito coletivo, para estar atento ao que acontece no mundo.

Nas bordas das cidades pequenas, chegando até às comunidades tradicionais, ainda é possível ouvir histórias e conselhos passados de boca em boca, presenciar dias de farinha (ou *desmancha*, como denominam esse evento), bem como as mulheres reunidas, sentadas em chão batido, para trançar palha de carnaúba. Tudo isso é prática de resistência do sertão a partir dos repertórios orais, de hábitos e gestos, pelos sujeitos que insistem em preservar seus modos de vida a partir de uma coletividade que reincorpora memórias e saberes passados de geração em geração. O tempo passa rápido só para quem quer.

Ailton Krenak (2019) nos lembra que sempre se pode contar uma história para expandir o universo das nossas vidas, da nossa experiência, para explorar outros mundos, para *adiar os fins*. Consideramos que a resistência – e não apenas a convivência –

enquanto experiência plural, de transmissão de memória, constrói seres que pensam e atuam juntos, articulando, portanto, sujeitos coletivos. Se no menor tudo é político e o indivíduo não pode ser alienado da sua condição coletiva, encontramos, aqui, o conector do sertão como lugar capaz de desterritorializar a linguagem hegemônica da cidade enquanto ideal e conceito operatório. Assim, se cidade pode acabar com o sertão, considerando as reflexões primeiras de Riobaldo, perguntamos como os processos de singularização são capazes de constituir o menor revolucionário dentro de um projeto de dominação que se utiliza das narrativas do progresso, da modernização (conservadora, diga-se de passagem), e da integração nacional desenvolvimentista?

Transbordar é re-existir

Há um conjunto de lugares que ficam na borda. E as bordas às quais podemos nos referir são também de vários tipos. A significação mais recorrente diz respeito a um contorno, uma linha ou borda que separa aquilo que está dentro e o que está fora. Pode ser algo que está à beira, como que a qualquer momento pudesse cair – em esquecimento, em ruína, no vazio. Vazio do esquecimento desde onde se podem tecer linhas de fuga rumo à libertação.

A borda pode se referir à condição periférica de algum lugar, ser ou coisa. Estar para lá do contorno que determina um dentro é também estar em outro território que se molda a partir dessa exceção. É existir além de algo, é aquilo que existe depois que o conhecido ou comum acaba: é onde começa a diferença. Lugar diferente onde podem emergir processos de singularização.

As distinções da interioridade em um determinado sistema podem abarcar noções territoriais e geográficas, culturais, econômicas, sociais e ideológicas. É comum que, em diferentes graus e escalas, todas essas condições estejam correlacionadas. A borda define um território em si própria, um outro jeito de existir que carrega consigo seus lugares, seus arquétipos, mitos, significados, ritos e valores. A borda é aquilo que existe de modo singular em meio ao hegemônico. A borda também é um lugar no mundo, que desafia o ser a se constituir na situação-limite.

A borda também pode ser o sucumbir silencioso diante da máquina de produzir homogeneidade do hegemônico. O desejo de universalidade desconhece a diferença. Universalizar hábitos e expressões sob o manto do progresso é discurso recorrente na história da humanidade. A cidade enquanto conceito operatório teme detritos que lhe retirem a pureza, a estabilidade frágil daquilo que só pode ser maior por meio da opressão, da dominação e da colonização. Nas bordas, no lugar-sertão ao qual nos referimos, ainda perseveram saberes que salvaguardam uma memória coletiva em meio às tensões criadas pelo progresso que se estende nas linhas da modernização conservadora para uns e do desenvolvimento para outros.

Se a cidade-dispositivo surge como a máquina capaz de agenciar os lugares do mundo a seu serviço, encontramos no devir-menor do sertão, das cidades pequenas e suas bordas, práticas de resistência capazes de ressignificar, de tensionar a língua do progresso de maneira intensiva, de articular o mundo do hegemônico a partir da potência criadora da diferença. Reconhecemos, por fim, que a borda é uma condição de re-existência em risco perpétuo e, justamente por isso, capaz de gerar novos agenciamentos a partir dos quais a vida pode perseverar.

Agradecimentos

Ao povo do sertão que corajosamente resiste; em especial, a José Alico da Cruz e Antônio Carvalho de Sousa pelas partilhas que inspiraram este trabalho, pela contação de histórias, por serem guardiões de memórias.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

ANTÔNIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da Ciência Geográfica). *Revista Ciência Geográfica*. Bauru, Ano XV, Vol. XVIII, nº.1, p. 84-87, 2011.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROSO, Gustavo. *A origem da palavra “Sertão”*. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, V(52): 401-403, junho, 1947.

BOLLE, Willi. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka para uma literatura menor*. Lisboa: Assirio & Alvim, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 69 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FUÃO, Fernando Freitas. *O que é uma borda?* Fernando Fuão: ensaios e livros, Porto Alegre, 08 set. 2019. Disponível em: <<https://fernandofuao.blogspot.com/2019/09/o-que-e-uma-borda-fernando-fuao-uma.html>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de Influência das Cidades*. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=sobre>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANTOS, Milton. *O elogio da lentidão*. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 mar. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2021.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SILVA, Moacir M. F. A Propósito da Palavra “Sertão”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº 90, p. 637-644, 1950.